

## NOTÍCIAS

ANTÓNIO CRUZ (1911-1989):

Um testemunho

por Armando Luís de Carvalho Homem\*

«(...) exemplo e estímulo para os novos: sublinhando-o, de passo que me excludo, neste ponto, e para este efeito, da mesma corporação, aponto-lhes o modo de ganhar a dura batalha do tempo (...). E a dura batalha do tempo há-de vencê-la, também neste campo, quem souber manter-se fiel, dedicado, inteiramente ao serviço dos mais altos ideais que definem a sua Escola (...)» (António Cruz)<sup>1</sup>.

«Entretanto, nunca deixar de ser grato. No papel, no barro, no ferro, no mármore: acção de graças, (...) celebração» (David Mourão-Ferreira)<sup>2</sup>.

Para quantos, como eu, ingressaram na licenciatura em *História* da Faculdade de Letras da Universidade do Porto naqueles anos finais da década de 60, António Cruz não foi já, como acontecera tempos atrás, no

---

\* Estudante de *História* na F.L.U.P. de 1968 a 1973; docente da Faculdade desde este último ano; actualmente professor associado e investigador do Centro de História da Universidade do Porto (I.N.I.C.); professor convidado da Universidade Autónoma de Lisboa.

<sup>1</sup> Do discurso de posse como Director da Faculdade de Letras, a 23/VII/1970 (cf. «Vida da Faculdade», in *Revista da Faculdade de Letras* [da Universidade do Porto], série de *História*, II [1971], p. 241).

<sup>2</sup> *Um Amor Feliz. Romance*, cap. XLII *in fine*, Lisboa, Presença, 1986, p. 252.

dealbar da Faculdade (1962 ss.), um professor “assíduo”, isto é, um professor que se tinha em múltiplas cadeiras ao longo dos 5 anos então comportados pela estrutura curricular. Com efeito, passadas para outras mãos as *Histórias de Portugal (I e II)*, a *História da Cultura Medieval* e a *História da Cultura Portuguesa*, por si anteriormente regidas, António Cruz iria conservar apenas a *Paleografia e Diplomática* (coadjuvado por José Vieira de Carvalho) e a coordenação do *Seminário de História de Portugal (5.º ano)*<sup>3</sup>; e mais ocasionalmente a *História de Portugal «tout court»*, disciplina anual das licenciaturas em *Filosofia e Filologia Românica*.

Ao dar-se o ingresso do Curso a que pertenci (Out. 68), pode dizer-se que a Faculdade vivia um momento decisivo para a sua afirmação, quer no seio da Universidade portuense, quer entre as Escolas congêneres de Coimbra e Lisboa. O ano lectivo de 1967-68 assistira efectivamente às primeiras licenciaturas em *História e Filosofia*; o que, ao tempo, comportava a defesa de uma dissertação. Desses primeiros licenciados alguns vieram a integrar de imediato o Corpo Docente, como assistentes: Eugénio dos Santos, Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Luís Adão da Fonseca em *História*; e Pedro Araújo Figueiredo em *Filosofia*. Todos leccionariam já no ano lectivo de 1968-69. Por outro lado, alguns dos docentes mais antigos iriam dar passos decisivos para o atingir do topo da carreira. António Cruz fizera o seu concurso para professor extraordinário pelos meados desse ano de 1968; cerca de um ano depois atingiria a cátedra. Eduardo Abranches de Soveral aí chegaria, por seu turno, em Janeiro de 1970. José António Ferreira de Almeida iria desfrutar finalmente de condições para coroar uma carreira iniciada quase 30 anos antes na Universidade de Lisboa, prestando provas para professor extraordinário em Abril de 1971 e para professor catedrático em Maio do ano seguinte. Pelo meio, o atingir de uma cátedra do recém-instituído grupo de *Filologia Românica* por Maria de Lurdes Belchior Pontes (Dez. 69) permitiria a institucionalização plena dos órgãos de gestão da Faculdade, verificadas as condições previstas aquando da restauração da Escola. Concretizando: o artigo 12 do Decreto-Lei 45.864, de 17 de Agosto de

---

<sup>3</sup> Este *Seminário* bipartir-se-ia em 1972/73: conservando a coordenação superior, António Cruz (coadjuvado por Luís Adão da Fonseca) ficava mais directamente com os temas de *História Medieval*, cabendo os de *História Moderna e Contemporânea* ao recém-doutorado Luís de Oliveira Ramos, com a colaboração de Cândido dos Santos, Eugénio dos Santos e Aurélio de Oliveira.

1961, previa uma espécie de “regime de instalação”<sup>4</sup> «avant la lettre», estatuinto o exercício provisório das funções de Director da Faculdade pelo Reitor da Universidade; o respectivo § único previa que o Conselho Escolar seria instalado quando a Faculdade dispusesse de 3 professores catedráticos em exercício<sup>5</sup>. Relativamente à Direcção da Faculdade, era hábito os Reitores (Manuel Corrêa de Barros Júnior [1961-69] e António de Sousa Pereira [1969-74]) delegarem a «direcção efectiva» da Escola num membro particularmente qualificado do Corpo Docente: coube a “sorte” a Luís de Pina, de 1962 a 1965<sup>6</sup>; e ao próprio António Cruz, ao tempo recém-doutorado, a partir do início do último daqueles anos. Quanto à instalação do Conselho Escolar, as condições para tal consumavam-se em Janeiro de 1970: havia já os 3 necessários catedráticos (António Cruz, Eduardo Soveral, Maria de Lurdes Belchior). O que iria permitir, meses decorridos, a nomeação de António Cruz como primeiro Director efectivo<sup>7</sup>; Eduardo Soveral iria ser o Secretário do Conselho Escolar; e Ferreira de Almeida o Bibliotecário da Faculdade.

Alonguei-me nestes pontos, ligados à história «événementielle» da Escola, porquanto, e no fundo, são eles que permitem compreender o facto afirmado a abrir: as menores responsabilidades pedagógicas que agora (e doravante) caberiam a António Cruz eram concomitantes da sua subida na carreira docente e do aumento das suas responsabilidades no “governo” da Casa. Que não era tarefa de pequena monta: Escola de Ciências Humanas numa Universidade tradicionalmente com outros predomínios disciplinares<sup>8</sup>; Escola ainda jovem, lutando para se impor<sup>9</sup>. E uma das vias de imposição poderia ser o “completar” do elenco das licenciaturas, face quer às Escolas congéneres, quer à que na Universidade do Porto a precedera, entre 1919 e 1931. E neste ponto a gestão de

---

<sup>4</sup> Oxalá o tivesse sido também em termos financeiros...

<sup>5</sup> Diploma legal transcrito por Luís de PINA, «Faculdade de Letras do Porto (Breve História)», in *Cale. Revista da Faculdade de Letras do Porto*, vol. I [único publicado] (1966), p. 78.

<sup>6</sup> Cf. Manuel Corrêa de BARROS, «Palavras de Abertura» da revista cit. na nota anterior, p. 5.

<sup>7</sup> Cf. *supra*, nota (1).

<sup>8</sup> Sobre o assunto cf. as ultra-pertinentes considerações de Luís A. de Oliveira RAMOS, «Sobre a identidade universitária do Norte de Portugal», in *Revista de História*, do Centro de História da Universidade do Porto, VII (1986-1987), pp. 199-208.

<sup>9</sup> Sobre o assunto veja-se o que sintecticamente escrevi na lição «Os 25 anos da Faculdade de Letras: passado e presente», in *Revista da Faculdade de Letras* [da Universidade do Porto], *História*, II sér., IV (1987), pp. 293-307, *maxime* 304-06.

António Cruz somaria êxitos, com a entrada em funcionamento das licenciaturas em *Filologia Românica* (1969), *Filologia Germânica e Geografia* (1972).

Ao mesmo tempo, e centrando-me agora no grupo de *História*, o ocorrer de modificações sensíveis na composição do Corpo Docente. Porque se alguns dos “fundadores” da Escola se aproximavam do topo da carreira, outros não a prosseguiriam, ou fá-lo-iam alhures: casos de Jorge Henrique Pais da Silva (transferido para Lisboa), de Carlos de Soveral (transferido para Lourenço Marques), de Flórido Vasconcelos (que viria a chefiar os Serviços Culturais da Câmara Municipal do Porto) ou de Carlos dos Santos Cardoso; sem esquecer a morte precoce de Sérgio da Silva Pinto, em 1970<sup>10</sup>. Estas saídas ou transferências e, ao mesmo tempo, o constante acréscimo da população escolar iriam ditar o recrutamento de novos docentes. Recrutamento feito agora, invariavelmente, entre os diplomados pela própria Escola; uma vez que *já* os havia. Atrás referi os primeiros. Acrescentarei, e continuando tão somente no campo da *História*, os nomes de Cândido dos Santos, Fortunato Queirós e Aurélio de Oliveira (1970).

Nesse Outono (meteorologicamente primaveril) de 1968 — e na proximidade temporal de eventos tais como «o Maio» francês, o assassinio de «Bob» Kennedy, a invasão da Checoslováquia, as Olimpíadas do México, o consórcio Jacqueline/Onassis, as missões «Apollo», a eleição de Nixon e de Pompidou respectivamente para a Casa Branca e para o Eliseu, ou, entre nós, a doença e a «morte política» de Salazar, a formação do primeiro Executivo de Marcello Caetano, a entrada em funcionamento do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, as correlativas reformas curriculares das Faculdades de Letras e Ciências (as quais introduziram os *bacharelatos*, como via da aceleração da formação de professores, cuja procura era crescente)<sup>11</sup> ou o ingresso no Corpo Docente da F.L.U.P. de alguns dos primeiros licenciados pela Casa — aqueles que, como eu, pela primeira vez transpunham o pesado portão verde do cinzento edifício do Largo da Escola Médica iriam assim desfrutar de um conjunto de condições quase únicas:

---

<sup>10</sup> Cf. o elogio fúnebre, proferido pelo próprio António Cruz, a 29/VIII/1970, in *Revista da Faculdade de Letras* [da Universidade do Porto], série de *História*, II (1971), pp. 238-40.

<sup>11</sup> A reforma curricular das Faculdades de Letras consta do Decreto 48 627, de 12/X/1968 [Ministro José Hermano Saraiva] (*Diário do Governo*, I série da mesma data).

— A última possibilidade de ainda conhecer alguns dos primeiros professores da Faculdade, casos de Sérgio da Silva Pinto, Flório Vasconcelos (muito episodicamente) e Carlos dos Santos Cardoso; — e a oportunidade de assistir à “estreia” de uns tantos novos docentes: aqueles cujos nomes atrás mencionei; referirei ainda, e tão somente, o nome de Januário Torgal, assistente de *Filosofia* (1971 ss.), encarregado de cadeiras do grupo respectivo, frequentadas a título de *opção*.

Por tudo isto, apenas no 4.º ano da licenciatura nos iríamos deparar com António Cruz enquanto professor, na já citada *Paleografia*. Não se pense no entanto que «o Dr. Cruz», designação ao tempo quase invariável<sup>12</sup>, era para nós uma figura distante. «Há encontros difíceis de datar» — escreveu alguém. O facto é que, por uma qualquer razão, onde algo poderá haver de *conjuntural* e outro tanto de simplesmente *casual*, a nossa relação com o «número um» do Corpo Docente foi sempre *um encontro conseguido*: entrados na Faculdade em simultâneo com um reajustamento curricular decretado 15 dias antes do previsto início das aulas, naturalmente presenciámos as diversas adaptações a que ele deu azo. Cadeiras houve, por exemplo, nesse ano de -68/69, frequentadas pelos membros de mais de um ano curricular de *História* e de *Filosofia*<sup>13</sup>. O que obrigou ao que terão sido, porventura, os primeiros desdobramentos de turma que a Faculdade conheceu, ou a pontuais alterações de horários já depois de iniciadas as actividades lectivas. A tudo isso nos fomos adaptando, sem sobressaltos de maior. E quando, a propósito desse ou de outros problemas, nesse ou em qualquer outro ano, com António Cruz ou com qualquer outro docente, alguma diferença de posição se colocou, sempre se conseguiu chegar a acordo sem que o fundamental fosse posto em causa: a normalidade do relacionamento entre pessoas. *Insisto*: pertenci a um Curso (o de 1968-73) que soube passar por esta Casa aguentando momentos nem sempre fáceis, que daqui saiu com saudades e que nos docentes (António Cruz à cabeça) deixou o *desejo* (ainda hoje perdurante) e por vezes a *possibilidade de rememoração* dos numerosos momentos vividos em comum. Virtude nossa? Virtude do Corpo Docente?

---

<sup>12</sup> Isto numa Faculdade onde os doutorados se contavam ao tempo pelos dedos das mãos: António Cruz, Eduardo Soveral, José António Ferreira de Almeida, sem esquecer a “meteórica” passagem de Maria de Lurdes Belchior (1969/70). A eles se juntariam Luís de Oliveira Ramos (*História*) e Maria Manuela Figueiredo Campos (*Filologia Germânica*), em 1972; e, já em Mar. 74, Álvaro dos Penedos, Maria Cândida Pacheco e Maria Carmelita Homem de Sousa (*Filosofia*). Para além disto, apenas a

Mero acaso? O fruto de uma conjuntura especial, que talvez se não repetisse 2 ou 3 anos mais tarde? Perguntas que, obviamente, deixo sem resposta. Direi apenas que manter esse posicionamento não era realmente fácil. E, sobretudo, que um tal posicionamento era *contrastante*, em tempos de população estudantil constituída pelo que, noutras longitudes, se designava como os «baby boomers» (ao tempo a atingir os 20 anos); e numa conjuntura nacional que em 1968-69 era de «primavera»; mas que não tardaria a converter-se em «outono». *Contrastante*, repito, face a outros anos e/ou cursos (da própria Faculdade ou de fora dela)<sup>14</sup>. De qualquer modo, e por problemática que possa ser a explicação, o nosso relacionamento com António Cruz consistiu, na realidade, num *encontro* precoce, dado e continuado muito antes de o termos como professor. Até porque, ao tempo, era corrente na Faculdade a realização de visitas de estudo (antes de mais no âmbito das cadeiras de *Arqueologia* e de *História da Arte*), de maior ou menor dimensão conforme os casos. António Cruz esteve sempre pronto, tanto quanto as limitadas verbas da Escola o permitiam, a subsidiar essas realizações; ou então a indicar-nos as portas certas a que bater, na mira do mesmo objectivo... Foi um pouco graças a isso que na Páscoa de 1970 pudemos deslocar-nos a Espanha (Salamanca, Ávila, Toledo, Madrid, Segóvia, Valladolid, Leon, Zamora) e um ano depois ao Centro e ao Sul do nosso País, no âmbito, respectivamente, de *História da Arte* e de *História da Arte Portuguesa*; em ambos os casos com Carlos Alberto Ferreira de Almeida por cicerone. As viagens (ou

---

pontual colaboração de Professores da Faculdade de Medicina, em cadeiras de *Psicologia* ou de *Ciências Pedagógicas*: Luís de Pina, Júlio Machado Vaz, António Fernandes da Fonseca, Joaquim Maia. Ou a ocasional presença de professores brasileiros como equiparados a catedráticos, casos de Teresa Leal Martinez (1972-73) e Fábio Lucas Gomes (1973-74). Em tal contexto não era vulgar distinguir, no trato, os «srs. profs.» dos «srs. drs.»: prevalecia esta última designação, que era, no fundo, a que à maioria do pessoal docente correspondia. Os próprios António Cruz e Eduardo Soveral (para só citar os mais antigos) se tinham aliás doutorado quando já docentes da Casa, na categoria de «encarregados de curso» (sobre esta categoria transitória cf. os art.ºs 7/11 do decreto que restaurou a Faculdade, transcrito no trabalho cit. na nota (5), pp. 77-8).

<sup>13</sup> Cito tão somente o caso da *Cultura Clássica*: a alteração curricular levou a que no ano em causa a cadeira comportasse o 1.º e o 2.º anos de *História* e o 1.º de *Filosofia* (sem esquecer os repetentes; e não eram poucos...).

<sup>14</sup> E antes de mais com o “impaciente” Curso de *Filosofia* que connosco andava a par; o que fazia com que nas aulas das cadeiras comuns (nomeadamente as *Histórias da Cultura*) o «diálogo» (termo então tanto em voga) nem sempre fosse muito viável.

trajectos) de curta duração (um dia; umas horas por qualquer zona do Porto...) não tiveram conta, e com o próprio António Cruz, com José António Ferreira de Almeida, com Bernardo Xavier Coutinho, com José Vieira de Carvalho, com o já referido Carlos Alberto Ferreira de Almeida, com Eugénio dos Santos, com Cândido dos Santos ou com Aurélio de Oliveira nos deslocámos a arquivos ou bibliotecas, a estações arqueológicas, a igrejas ou museus, ou “vagabundeámos” pelos «centros históricos» de diversas cidades ou povoações. Sem esquecer («the last but not the least») a viagem de fim de Curso, que em Setembro de -73 nos levaria a Itália, com José António Ferreira de Almeida e Luís de Oliveira Ramos. Por trás de tudo isso estive, em diversos momentos, o “mecenato” (facultado ou facilitado) de António Cruz.

Não será pois de admirar que, ao abrir-se o ano lectivo de 1971-72 (o *nosso* 4.º ano, o tal em que teríamos a *Paleografia*), António Cruz fosse para nós *um nome* («o Dr. Cruz» ou, obviamente na intimidade das conversas estudantis, «o Cruz») e NUNCA *um cargo* («o Director», «o senhor Director»). Ao abrir o mencionado curso de *Paleografia*, António Cruz mostrou-se extremamente cordial para com aquele grupo de discentes já a apontar para a recta final da sua trajectória curricular. À distância de 18 anos mantenho a impressão de que as aulas da cadeira (o único serviço docente que, e para além do *Seminário* do 5.º ano, lhe estava então distribuído) iriam para ele constituir momentos de descontração, na companhia de estudantes que já conhecia (embora não como alunos) e numa altura em que a Direcção da Faculdade o assoberbava (se é que o não começava mesmo a saturar...); a este nível, uma das grandes “lutas” seria talvez, ao tempo, garantir a entrada em funcionamento da *Filologia Germânica* e da *Geografia* daí a um ano, e a entrega à Faculdade (com execução atempada das necessárias obras) do edifício da Rua das Taipas<sup>15</sup>, destinado ao funcionamento da priomeira destas duas licenciaturas<sup>16</sup>. O facto é que ao longo desse ano lectivo António Cruz não falhou uma só aula teórica; por mais do que uma vez nos apareceu na aula prática, substituindo o assistente José Vieira de Carvalho; acontecendo mesmo aparecer de surpresa em aulas deste último docente com elas já iniciadas; e então as sessões eram ainda mais plenamente *práticas*, com os dois docentes circulando entre as mesas onde cerca de uma vintena de

---

<sup>15</sup> Actuais instalações da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.

<sup>16</sup> Que aí funcionou efectivamente, entre 1973 e 1977.

transcreventes aprendizes<sup>17</sup> se afadigava em torno das reproduções fotográficas do *Álbum*<sup>18</sup> ou do acervo da Faculdade, quando não da própria colecção de António Cruz (que aliás possuía diversos pergaminhos originais e por mais do que uma vez os fez circular nas aulas<sup>19</sup>); sem esquecer, e já nos meses finais do ano lectivo (Abril/Junho), uma série de sessões extraordinárias, destinadas em princípio a quantos não pudessem ter comparecido com regularidade por motivo de ocupações profissionais<sup>20</sup>; tais aulas realizavam-se, obviamente, ao fim da tarde; mas não eram essas horas vespertinas que travavam o dinamismo de um professor que, ali e connosco, parecia estar «in the right place». Remate desse curso: uma aula de encerramento que culminou na oferta, a quantos na sala, de um exemplar autografado de um seu livro recém-saído (embora com data de dois anos antes)<sup>21</sup>.

1972-73 traria o 5.º ano e a frequência do *Seminário*. Apesar da já referida bipartição nessa altura efectuada<sup>22</sup>, apesar de superintender apenas os temas de *História Medieval* e (mais pontualmente) as monografias locais, António Cruz tinha a preocupação de ir conservando o contacto com a totalidade dos frequentadores do *Seminário* de que fora inicialmente o principal responsável. Encarregou-se pessoalmente de 3 ou 4 sessões

---

<sup>17</sup> Ao ingressar na Faculdade, em 1968, o Curso rondaria as 90 pessoas. Até ao 4.º ano alguns foram-se atrasando (nomeadamente «voluntários», como então se dizia) ou adiantando (os que estavam em condições de beneficiar do regime especial para militares, regime que por esses anos ganhou bastante elasticidade, com a possibilidade de uma época de exames em cada mês); em 1971-72 seríamos entre 50 e 60 (incluindo alguns membros de cursos anteriores, “recolados”). Mas as aulas eram frequentadas regularmente por uma minoria: a obtenção do bacharelato dera a muitos a hipótese de ingresso imediato no Ensino Preparatório; de onde, a impossibilidade de comparência quotidiana na Faculdade.

<sup>18</sup> Cf. António CRUZ, *Album de Paleografia (edição provisória)*, reimpr., Porto, Faculdade de Letras/Centro de Estudos Humanísticos, 1968.

<sup>19</sup> Em 1973 António Cruz viria mesmo a comunicar-me e a facultar-me a utilização de um pergaminho da sua colecção que muito particularmente me interessava (refiro o facto num dos primeiros trabalhos que publiquei). Mais tarde autorizou a respectiva reprodução fotográfica e transcrição: cf. Armando Luís de Carvalho HOMEM, «Em torno de Álvaro Pais», in *Estudos Medievais*, 3/4 (1983/84), pp. 93-130, doc. em *apêndice* n.º 5, pp. 121-3 e reprodução fotográfica (desdobrável) entre as pp. 122 e 123.

<sup>20</sup> Cf. *supra*, nota (17).

<sup>21</sup> *As invasões francesas e as suas repercussões na cidade do Porto*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, 1970.

<sup>22</sup> Cf. *supra*, nota (3). Além destes 2 níveis do *Seminário de História de Portugal* funcionava ainda um *Seminário de História da Arte e Arqueologia* (com José António Ferreira de Almeida e Carlos Alberto Ferreira de Almeida).



introdutórias, com indicações metodológicas gerais, indicação dos tipos de trabalho de maior viabilidade, dos docentes mais voltados para a orientação deste ou daquele temas, etc. Enfim: a preocupação de a todos “distribuir” pelos vários professores implicados no *Seminário* e de, ao mesmo tempo, com todos nós ir mantendo contactos<sup>23</sup>; a prova deste último facto estava na realização periódica (em princípio mensalmente) de uma sessão “plenária”, com a totalidade dos discentes do(s) *Seminário(s) de História de Portugal*, medievistas, modernistas ou contemporaneístas que fossem. E foi à saída de uma dessas sessões, ao fim de uma manhã de Dezembro de 1972<sup>24</sup>, que António Cruz me chamou, a fim de me transmitir um convite de que eu já tivera alguns sinais prenunciadores: convidava-me a aceitar uma proposta para *monitor* da Faculdade. Perante a minha pronta anuência logo adiantou ir eu então ficar ligado a *História da Cultura Portuguesa*, trabalhando portanto, também aí, sob a directa responsabilidade de Luís Adão da Fonseca, docente da cadeira, ao tempo obrigatória para os 3.<sup>os</sup> anos de *História* e de *Filosofia* e para o 4.<sup>o</sup> de *Filologia Românica*; uma “pequena multidão” de alunos, em suma. E se as instalações da Faculdade, na exiguidade da sua meia dúzia de salas nos pisos II e III do antigo edifício de *Medicina*, ainda iam comportando uma bipartição de turmas, já quando chegava o tempo da correcção de provas escritas... um só docente era manifestamente pouco.

A categoria de *monitor* fora criada em 1970, no quadro de algumas reformas da legislação do Ensino Superior operadas pelo Ministro Veiga Simão (empossado em Janeiro desse ano). *Monitor* era, em princípio, alguém habilitado com o grau de *bacharel*; normalmente o recrutamento fazia-se entre os estudantes dos últimos anos da *licenciatura*, em quem a Faculdade pudesse depositar esperanças quanto à revelação, na dissertação final, de qualidades para uma carreira universitária. “Assistenciáveis”, em suma. O serviço que lhes era pedido de modo algum podia, nesse tempo, considerar-se pesado: 6 horas semanais. E não era serviço propriamente docente: antes se tratava de serviço de “apoio”, traduzido,

---

<sup>23</sup> Pela minha parte, voltado para a Idade Média desde 1971, fiquei integrado num grupo de 5 pessoas, sob a directa orientação de Luís Adão da Fonseca. Nem todos os meus Colegas de “equipa” eram “medievistas”. Não retenho a totalidade dos temas em estudo, mas recorro a uma investigação sobre S. Pedro de Óbidos (“dinossauricamente” antepassada do trabalho de Manuela Santos SILVA, *Óbidos Medieval. Estruturas urbanas e administração concelhia*, dissert. de mestrado, Fac. de Ciências Soc. e Humanas/Univ. Nova, dactil., Lisboa, 1987) e uma outra sobre o pensamento político de António VIEIRA.

<sup>24</sup> Também não recorro o dia exacto, mas julgo ter sido nos princípios do mês.

por exemplo, na orientação de trabalhos práticos (eventualmente em laboratórios, onde e quando os houvesse), na colaboração na vigilância de provas escritas e na correcção das mesmas. De qualquer modo, grande variabilidade de situações de Faculdade para Faculdade, por vezes de grupo para grupo. Sem embargo, os monitores eram considerados «agentes de ensino»; de onde, o acesso a alguns benefícios médico-sociais (v.g. A.D.S.E.) e a isenção de propinas nas cadeiras que faltassem para a conclusão da licenciatura. Conforme os serviços prestados, o monitor podia ter mesmo as tais 6 horas semanais com regularidade, ou ser o seu trabalho eminentemente “sazonal”: nas épocas de avaliação de conhecimentos. Pela minha parte foi isto que se verificou. Em suma, e falando em larga medida por experiência própria, o monitorado podia traduzir-se numa forma «sui generis» de bolsa de estudo, conferida a alguém em quem a Faculdade “apostasse”, em troca de uma não particularmente onerosa prestação de serviços.

À data em que a minha proposta foi formalizada não havia qualquer monitor em *História*. Em 1970/71 fora Graziela de Jesus Silvestre a “pioneira” em tal categoria no grupo em causa, onde foi também a primeira presença feminina; licenciada no segundo daqueles anos, seria então contratada como «assistente eventual». Comigo iriam agora ser também propostos Fernando António Ferreira Cruz (*História*), Isabel Pires de Lima e António Ferreira de Brito (ambos de *Filologia Românica*)<sup>25</sup>. Aprovadas pelo Conselho Escolar, as quatro propostas deveriam seguir para a Reitoria nos meados do mês, ainda antes das férias do Natal. Simplesmente... por uma qualquer circunstância, daquelas que às vezes acontecem, os processos ficaram por assinar em cima da secretária de António Cruz ao fim da tarde de uma 6.ª feira. Meteu-se o fim-de-semana, entrou-se na «quadra festiva», a burocracia afrouxou... e as propostas acabaram por seguir apenas em Janeiro (época de “inflação” burocrática), com tudo isso se atrasando os processos de contratação. Pelo que, todos acabámos por tomar posse apenas em Abril de 1973, por altura da Páscoa.

---

<sup>25</sup> O elenco seria alargado no ano lectivo subsequente, com José Marques e Armando Coelho Ferreira da Silva (*História*), Jorge Frederico de Oliveira Baptista (*Filosofia*) e Mário Robredo e Albano Magalhães (*Filosofia/Laboratório de Psicologia*). Não será inoportuno assinalar aqui que António Cruz assumiu pessoalmente, e perante a Direcção-Geral do Ministério, a responsabilidade por todos os propostos, dispensando assim o parecer da Polícia Política.

Ora pelo primeiro semestre desse ano de 1973 (ignoro se antes se depois da efectivação do meu contrato) o Governo de Marcello Caetano viria a introduzir na Função Pública o «subsídio de Natal», de «13.º mês» também crismado. A lei previa que o direito a tal subsídio pressupunha o mínimo de um ano de exercício de funções; pelo que, e pela minha parte, logo pus «o coração ao largo» nessa matéria: quando chegasse o próximo Natal eu de modo algum teria tal tempo de serviço. Mas a «estória» não ficaria por aqui...

Iniciei funções ao abrir o 3.º período, nesse ano particularmente curto (a Páscoa calhara a 22 de Abril). Rapidamente se escoou o que faltava do ano lectivo, dividido eu entre as minhas novas funções, a frequência e efectivação de provas das minhas últimas cadeiras e o progresso na investigação conducente à dissertação de licenciatura. Sem esquecer as actividades vocais e instrumentais no Orfeão Universitário, a que pertencia, nesse tempo em que o máximo da virtuosidade violística me parecia consistir em acompanhar correctamente as *Danças Portuguesas n.º 1*, de Carlos Paredes, peça que o meu Amigo Mário Freitas primorosamente executava...

Um (certo) Verão chegou e se escoou. O Outono e a «rentrée» se lhe seguiram; com o retomar das minhas funções para-docentes. Tempos de “crispação”, esses: a queda e a morte de Allende e o advento da sua «pesada» (e longa) herança», Pinochet; o caso Watergate; os “últimos capítulos” da Guerra do Vietname; a 3.ª Guerra do Médio Oriente; a crise petrolífera e as suas sequelas num quotidiano de frequentes bichas quilométricas nas imediações de tudo quanto fosse bomba de gasolina; gasolina que (a «super») subiria, já em Fevereiro de 1974, para 11\$00 o litro (só e mais nada...)! Para além do que de bem mais sério se ia passando na vida nacional e que, não chegando então aos jornais, se ia no entanto “pressentindo” (e mais tarde se iria conhecendo). E um dia-a-dia universitário que, a partir de factos como o chamado «caso Ribeiro dos Santos» (Out. 72) ou os incidentes suscitados pelo Festival Internacional de Coros do Orfeon Académico de Coimbra (Mar. 73), praticamente deixara de ter “normalidade” plena.

Foi nesse estado de coisas que se chegou a Dezembro de 1973. Um dia, já pelos meados do mês e aproximando-se as férias do Natal, ao entrar na Secretaria foi-me entregue por uma das funcionárias (não recordo qual) um grosso envelope, que me era endereçado pela letra de António Cruz; e uma explicação, algo tartamudeada, «o sr. Director paga-lhes o subsídio...». Não percebi nada e estava completamente confuso, quando Fortunato Queirós, presente na sala, se acercou e aclarou o que se passava: António Cruz assumia a responsabilidade do atraso das contratações dos monitores propostos um ano antes; ao que parece, se as propostas

respectivas tivessem saído da Faculdade antes de 31 de Dezembro de 1972 isso seria suficiente para, um ano mais tarde, recebermos o «13.º mês»; como tal se não verificara por atraso dos serviços, ele entendia que os quatro monitores em causa não deviam ser prejudicados, e *do seu bolso* nos abonava as quantias em causa. Fiquei sem saber o que dizer, face ao ineditismo da situação. Horas mais tarde, chegando António Cruz, logo me aprestei para junto dele, preparando-me para dizer que-não-tinha-palavras-e-etc.; como que adivinhando a intenção, logo atalhou, dizendo apenas qualquer coisa como isto:

— Não me venha agradecer! Estou só a praticar o que acho ser um acto de *justiça*...

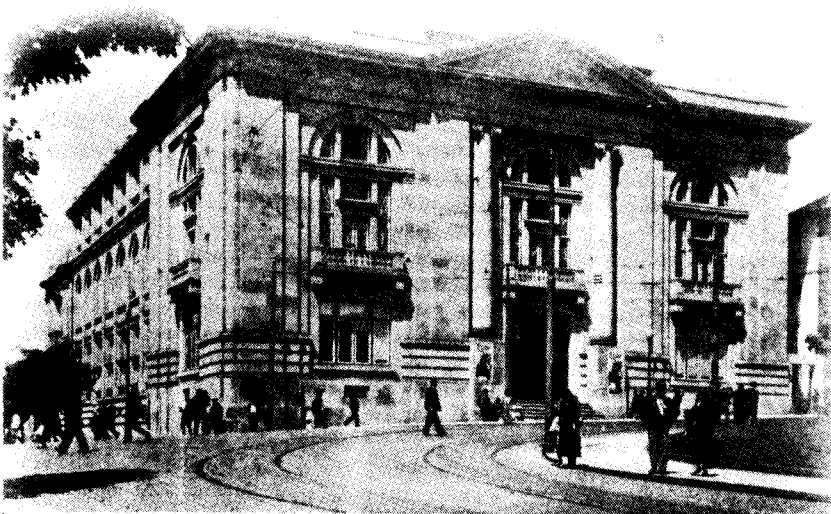
E por aí se ficou. Por mais que “puxe” pela memória não consigo lembrar-me de quanto venceria um monitor ao tempo. A remuneração respectiva era considerada *gratificação*, dada a situação «sui generis» e a “leveza” do serviço dessa categoria “básica” da carreira docente; pelo que seria baixa, não constando por certo de qualquer tabela de «letras» da Função Pública<sup>26</sup>. Não me lembrando de quanto ganhava, é óbvio que não faço actualmente ideia de quanto António Cruz terá ao todo desembolsado com o seu acto de *generosidade*. Mas não é esse quantitativo — qualquer que ele tenha sido — o que agora me importa. Interessa-me sim o *gesto*: em Dezembro de 1973 o Director de uma Faculdade integrada numa Universidade dependente do Ministério da Educação do Governo da *Nação Portuguesa* reconhecia uma falha dos serviços da Escola; e tirava pessoalmente o que achava serem as devidas consequências...

Tal era António Cruz. Um Homem que conheci. Um Mestre que tive.

Porto, 4 de Setembro de 1989.

---

<sup>26</sup> Com o 25 de Abril os monitores passaram a receber o então instituído «salário mínimo nacional».



**(Antigo edifício da Faculdade de Medicina, sede da Faculdade de Letras de 1962 a 1977)**

*O LIBERALISMO PORTUGUÊS (1820-1852)* — Recolha Bibliográfica, VITOR DE SÁ, Prof. de História Contemporânea e FERNANDA RIBEIRO, Docente do Curso de Ciências Documentais.

Apresentamos aqui os textos da «Abertura» e da «Nota Técnica», que constituem a introdução a um extenso trabalho de recolha bibliográfica sistemática, respeitante aos 32 anos que durou o processo de instauração do liberalismo em Portugal.

A recolha atingiu o número insuspeitamente elevado de 2.209 títulos, dos quais 2.071 são de obras especificamente respeitantes àquele período histórico, e apenas 138 obras são de carácter geral, onde o mesmo período é especificamente abrangido.

Este trabalho que, na sua fase final, teve tratamento computadorizado com o apoio do Centro de História da Universidade do Porto, já está entregue á Imprensa Nacional para publicação.

Representa a sùmula de fontes bibliográficas dispersas, acrescidas de outras originais, dispensando aos futuros investigadores e estudiosos as infundáveis e fastidiosas buscas em obras de referência que, por sua vez, sofreram múltiplas rectificações posteriores (por ex. o Dicionário de Inocêncio). Além disso, fornece também, no máximo possível, as identificações dos autores de obras e folhetos que inicialmente foram publicados como anónimos.

Além de guia de orientação bibliográfica que poderá poupar anos de trabalho aos investigadores, sugere ainda múltiplas pistas para linhas originais de investigação, que poderão vir a fornecer novos panoramas à nossa perspetivação daquele complexo, rico e multimodo período da história portuguesa, do quando o velho Portugal acaba e começa o novo, na lapidar expressão de Almeida Garrett.

Os textos que a seguir se produzem destinam-se a satisfazer as demais curiosidades sobre a génese e o método usado no trabalho.

## ABERTURA

Quando atingimos a sensação de estarmos ainda a viver na protohistória da Humanidade, um sentido mais apurado do futuro mobiliza-nos energias. São as que nos fazem recolher do passado algumas possíveis fontes de saber que possam satisfazer eventuais curiosidades futuras. Que o saber verdadeiramente, esse, será uma aragem a mover em permanência as velas das nossas ilusões.

Assim, depois de termos passado meia vida a tentar compreender e explicar o processo de transformação capitalista da sociedade portuguesa, de que a historiografia liberal e a restauracionista nos transmitiram tão desfiguradas imagens, damo-nos conta de como, afinal, quase tudo ficou por fazer e tanto resta ainda para descobrir.

Esta bibliografia surge após mais de uma trintena de anos de investigações. Pode ajudar-nos a termos uma visão concreta da imensidão de temas e questões que restam por tratar, respeitantes a um período tão curto de tempo histórico. Curto mas decisivo para a sociedade portuguesa contemporânea, como foram esses trinta e dois anos aqui indexados com testemunhos bibliográficos das transformações ocorridas sob o impulso da nossa Revolução Liberal.

Ao arrumar a oficina do labor quotidiano dispendido, dei por essas aparas de trabalho acumulado, que eram notas avulsas de apontamentos bibliográficos às centenas, que serviam de amparo e recurso para as investigações em que andei empenhado. Dei-lhes uma primeira arrumação artesanal, trabalhosa e inconsequente, sem objectivo definido nem delimitado. Jazeram encaixotadas durante anos.

Vieram depois os tempos novos da informática. O diálogo entre técnicos e humanistas demorou. Mas por fim encontrei quem compreendesse o trabalho escravo a que me votara e me demonstrasse as amplas potencialidades das novas técnicas. Foi então que exumei do esquecimento e dei para tratamento o material bibliográfico acumulado.

Agora seria necessário rever, actualizar, conferir e uniformizar. Aí quedei-me perplexo no mar alto da minha impotência para prosseguir a navegação. Teria deixado o barco afundar-se se não enxergasse o potente reboque que conduziu a empresa a porto de salvação.

A Dr.<sup>a</sup> Fernanda Ribeiro, profissional e docente de Ciências da Documentação e Biblioteconomia, além disso adestrada na prática das técnicas informáticas, foi a colaboradora certa, até pelo escrúpulo que põe em todo o seu trabalho, que encontrei para garantir a finalização da tarefa. Tenaz, prosseguiu com amor o trabalho que com amor tinha sido começado.

Por isso, esta bibliografia aparece com dupla autoria.

Se representa o fim de um longo e pesado esforço, esperamos que possa constituir ainda a base iniciadora para outros trabalhos que abram no futuro novas perspectivas sobre o passado colectivo. Uma base que pode poupar anos de pesquisas que para outros, só elas, ocuparam vidas.

Porto, sobre a Foz do Douro, 21 de Julho de 1989.

*Vitor de Sá*

### NOTA TÉCNICA

Tal como é explicado na «Abertura», a presente obra teve como base o ficheiro pessoal do Doutor Victor de Sá, resultante de uma carreira longa de investigação e, por isso, reflectindo os interesses e as preocupações de estudo do Autor. Não esteve, portanto, na origem do trabalho a ideia de elaborar uma «Bibliografia do Liberalismo Português», a qual teria, obviamente, de obdecer a outros critérios técnicos. O ficheiro manual do Autor foi, numa primeira fase, tratado automaticamente por técnicos da Universidade do Minho, com recurso ao software «IBM Filing Assistant», o que permitiu organizar as referências e produzir listagens ordenadas (por autor, título, data e editor) de modo a facilitar o trabalho de revisão e correcção que se impunha.

A partir de tais listagens foi possível definir o âmbito bibliográfico, limitando-o às obras que se referem aos anos de 1820-1852. Obras publicadas anteriormente a 1820, ainda que focando aspectos condicionantes e factores de génese da Revolução Liberal, foram excluídas. Não se incluíram, igualmente, publicações periódicas e artigos inseridos nas mesmas ou em obras colectivas.

Uma vez que no conjunto de referências existiam ainda diversas publicações de carácter geral, em que o tema «liberalismo» é tratado apenas em capítulos ou partes, foram as mesmas agrupadas numa secção autónoma final, pois têm essencialmente a função de obras de referência.

A tarefa de conferência, revisão e uniformização a que se procedeu (utilizando para o efeito o «package» informático «DBASE III PLUS») assentou apenas no recurso a fontes secundárias e não na confrontação com as próprias espécies bibliográficas, o que seria, como é óbvio, material e humanamente impossível. Assim foram usadas como fontes privilegiadas as seguintes obras de referência:

SILVA, Inocêncio Francisco da — *Dicionario Bibliographico Portuguez. Estudos... applicaveis a Portugal e ao Brasil*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1858-1923.

FONSECA, Martinho da — *Aditamentos ao Dicionário Bibliográfico Português de Inocêncio Francisco da Silva*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1972.

FONSECA, Martinho da — *Subsídios para um Dicionário de Pseudónimos, Iniciaes e Obras Anonymas de Escriptores Portuguezes*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1972.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Biblioteca Geral — *Catálogo da colecção de miscelâneas*. Coimbra, B.G.U.C., 1967-1978.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Biblioteca Geral — *Catálogo de reservados...* Coimbra, B.G.U.C., 1970.

CANTO, Ernesto do — *Ensaio Bibliographico. Catalogo das obras nacionaes e estrangeiras relativas aos successos politicos de Portugal nos annos de 1828 a 1834*. Ponta Delgada, Typ. do Archivo dos Açores, 1888.

*Boletim de Bibliografia Portuguesa*. Lisboa, 1935-1987.

Estas fontes permitiram não apenas a verificação e rectificação dos dados, mas foram também uma base preciosa de recolha de informação adicional, uma vez que a partir delas o trabalho foi completado por uma quantidade muito significativa de novos títulos. Além das referidas obras recorreu-se ainda a outras fontes de referência (dicionários e catálogos bibliográficos, catálogos de bibliotecas, enciclopédias, etc.), embora sem a mesma exaustividade das atrás citadas.

O facto de se ter trabalhado com base em fontes secundárias afectou, por vezes, o rigor técnico. Bastará referir, a título de exemplo, que as fontes usadas nem sempre mencionam as publicações com a exactidão que seria necessária em termos catalográficos, no que respeita aos títulos, nomes dos editores, etc., havendo também, em numerosos casos, faltas de alguns elementos para a descrição.

Na forma dos cabeçalhos de autor pessoa-física utilizaram-se sempre os seus nomes, não se usando, portanto, cabeçalhos formais para os cargos e títulos, como, estabelecem as regras de catalogação. Apenas se recorreu a cabeçalhos especiais no caso de publicações legislativas e judiciais, para assim juntar obras que, de outra forma, ficariam dispersas ao longo do trabalho (ex.: «PORTUGAL. Leis, decretos, etc.» para legislação; «PORTUGAL. Constituição, 1822»; etc.). Fizeram-se entradas remissivas para as formas de autoria não usadas, bem como para os coautores e responsáveis secundários.

O conceito de «liberalismo» reflectido nesta recolha bibliográfica não se limita aos aspectos políticos do tema, mas alarga-se a obras de carácter económico, social, cultural e institucional, incluindo, além disso, numerosas publicações importantes para o estudo das personalidades que intervieram, de uma forma mais destacada, na vida portuguesa deste importante período do século passado. Por isso, o volume de informação aqui reunido e o seu âmbito temático serão razões mais do que suficientes para esperar que esta publicação seja de bastante utilidade para os investigadores, uma vez que dispensa a consulta das principais fontes até agora de utilização imprescindível para os estudos sobre esta época histórica.

Fernanda Ribeiro



## UN MANUSCRIT DE L'EXIL ET L'EXIL D'UN MANUSCRIT

La Bibliothèque Publique Municipale de Porto garde depuis 1833 un manuscrit précieux avec le numéro 950 qui fut catalogué par l'historien Alexandre Herculano, son Bibliothécaire entre 1833 et 1836. Son titre: **LA RÉVOLUTION DE FRANCE**. Son sous-titre en dit davantage: «La mort de Louis XVI ou tableau historique sur l'origine et les progrès de la Révolution française qui ont conduit cet infortuné monarque à l'échafaud». Ce manuscrit compte 536 pages dont 10 constituent la préface, 454 le récit et 72 les notes/didascalies qui commentent le texte narré. Ce manuscrit n'est pas signé, mais son auteur n'est pas pourtant tout à fait inconnu. Il fut député aux Etats Généraux et y siégea jusqu'à la clôture de l'Assemblée Constituante comme représentant du Premier Ordre du Royaume. Par l'étendue de sa culture et de son érudition, il appartenait sûrement au Haut-Clergé. Il refusa de jurer la Constitution Civile du Clergé qu'il trouvait un manifeste honteux de jansénisme et de gallicanisme. Il prit un bateau à Bordeaux accompagné d'un autre ecclésiastique, lui aussi membre de la Constituante, **La Porte**, curé de St. Martial d'Hautefort, en Périgord, et partit pour l'Espagne. Il ne révèle pas le nom du diocèse espagnol où il se réfugia pour éviter la déportation. Étant donné la connaissance exhaustive qu'il a de la situation du clergé français réfugié en Galice et de l'accueil fait par l'évêque d'Orense aux ecclésiastiques français, on serait tenté de dire que ce fut dans cette Province (à Orense?) qu'il vécut et écrivit sa **Révolution de France** entre 1793-1794. S'agira-t-il d'un manuscrit original ou d'une copie? Dans une lettre qui lui fut envoyée par le Cardinal Maury, le porte-parole du "côté droit" de la Constituante, qu'il ne fait qu'encenser, l'évêque de Montefiascone, fait allusion aux copies que l'auteur de ce récit pensait lui expédier pour les faire arriver à Mesdames Victoire et Adélaïde, elles aussi réfugiées, à Rome. Nous croyons cependant que ce manuscrit est l'original tel qu'il est sorti de la plume de son auteur. Quelques ratures pourtant peuvent soulever des difficultés et faire penser à des corrections du copiste, mais une analyse plus poussée permet de vérifier qu'il est plutôt question d'hésitation de la part de l'auteur, homme assez âgé, comme il le dit, déprimé par la solitude de l'exil et qui écrit dans une sorte de catharsis pour se débarrasser des cauchemars révolutionnaires. Il faisait appel à sa mémoire, car les sources historiques lui manquaient. Il affirme qu'il ne connaissait pas l'espagnol, ce qui n'est pas vraisemblable pour un Abbé si érudit. D'autre part, le cordon sanitaire imposé par Florida Blanca pour préserver l'Espagne de la contagion révolutionnaire interdisait l'entrée de documentation sur les péripéties incendiaires de la France — ce qui n'était pas tout à fait exact, au moins dans son cas, car il recevait et lisait des gazettes françaises, comme il l'avoue, pour rendre vraisemblable son récit à partir du moment où il cessa d'être témoin des événements narrés. Et, ce qui devient pour nous une preuve presque irréfutable du fait qu'il s'agit d'un original, c'est qu'il y a dans son récit quelques vides qu'il pensait (il faudra l'admettre) remplir plus tard. Il ose même accepter quelques failles de sa mémoire (pourtant extraordinaire) et déclarer qu'il ne se rappelle plus le nom des personnages. Beaucoup d'incohérences syntaxiques, quelques-unes propres à cette synchronie linguistique, d'autres dues à sa vieillesse, paraissent confirmer que si ce manuscrit n'est pas unique, il est l'original à l'état brut.

Et comment expliquer que ce manuscrit de l'exil ait subi un exil si long? Comment est-il parvenu à la Bibliothèque de Porto? Peut-être sera-t-il venu de la librairie de l'Évêque de Porto, D. João de Magalhães e Avelar, de la librairie du Vicomte de Balsemão ou même d'une librairie d'un couvent confisqué par les Libéraux portugais; qui s'inspirèrent des principes et des méthodes de la Révolution Française. Et pourquoi ce manuscrit rédigé en Espagne il y a 200 ans environ est-il arrivé au Portugal? Faute de documentation, il ne nous reste que des hypothèses. L'Abbé, son

auteur, aurait-il terminé sa rédaction au Portugal où il serait mort? Plusieurs ecclésiastiques français traversèrent la frontière espagnole et demandèrent asile au Portugal où il n'y avait pas de législation publique comme celle de Charles IV et où les autorités policières n'imposaient pas le serment, bien que Pina Manique multipliât ses efforts par les lettres envoyées aux Corrégidors pour qu'ils surveillent et fassent surveiller par le Clergé portugais ces ecclésiastiques qui, même s'ils étaient contre-révolutionnaires, devenaient doctrinalement suspects de gallicanisme et de jansénisme. Malgré ces mesures restrictives qui rendaient difficile la vie des ecclésiastiques français au Portugal, il semblerait que l'accueil portugais a été plus chaleureux et les mesures policières de Pina Manique, comme d'ailleurs celles de Florida Blanca, n'ont pas été assez souvent appliquées. L'auteur de ce manuscrit serait-il un de ces ecclésiastiques qui sont partis pour le Portugal lors de l'invasion des troupes révolutionnaires françaises à la recherche d'une sûreté que l'Espagne belligérante ne pouvait plus leur garantir? Nous restons au niveau de l'hypothèse. Mais il se peut que ce manuscrit ait voyagé de l'Espagne au Portugal après la mort de son auteur sans qu'on puisse en préciser ni la date ni les circonstances.

Ce manuscrit aura-t-il été publié quelque part sous son titre exact ou sous un autre titre? Les recherches que nous avons faites avec la collaboration généreuse de M. BONNET, Bibliothécaire de l'Université de Poitiers, à qui nous transmettons nos plus vifs remerciements, ne nous ont pas fourni de réponse catégorique. Nous croyons pourtant que ce manuscrit est inédit et, bien qu'il soit dûment catalogué, c'est avec surprise que nous avons constaté que les historiens portugais ne l'ont pas cité. Il sommeillait donc depuis deux cents ans environ et attendait patiemment le moment de voir le jour.

**Révolution de France** est un Mémoire de la Contre-Révolution. Un récit partiel et partiel, bien que son auteur répète à satiété qu'il ne dit que la vérité. La sienne. Il n'était pas un théoricien de la Contre-Révolution comme Rivarol, Ferrand, Sénac de Meilhan, Barruel et Duvoisin, mais il connaissait très bien les philosophes ou les "sophistes", comme il aimait à les désigner, et il passa en revue toutes les théories révolutionnaires et contre-révolutionnaires pour combattre celles-là et affirmer son absolutisme intégral. Son récit est de prime abord un panégyrique de Louis XVI et de Marie-Antoinette. L'Abbé est surtout un **historien-panégyriste**, pour employer l'expression de Pierre Ladoué. Mais dans le cadre de ce panégyrique expiatoire, il inscrit une vision globale de la Révolution Française. Sa perspective d'analyse ne trompe pas le lecteur car il avoue dans la préface que la Révolution fut une tragédie inutile jouée par Satan. Il donne une vision apocalyptique du phénomène révolutionnaire et divise la France en deux parti(e)s: les bons français (ceux qui défendent leur Roi et l'Église Catholique) et les mauvais français (les Assembléistes du côté gauche et tous les Révolutionnaires qui les soutenaient). Cet Abbé croit que le genre historique et oratoire vont bien ensemble et il se permet donc toutes les diatribes contre cette Révolution. Son récit est ainsi beaucoup moins cérébral que la plupart des Mémoires écrits par d'autres Abbés qui ont nourri en bonne partie la littérature de la Contre-Révolution, comme Lambert, Proyart, Baston, Guillon, Edgeworth de Firmont et d'autres. Il ne pose pas le problème de la distanciation historique comme la plupart de ses compatriotes historiens. Pour lui la vérité est unique: le catholicisme et la Monarchie faisaient un mariage parfait et définitif, représentant le sommet de la perfection des sociétés. Selon lui, la République est l'oeuvre de Calvinistes et conduit au despotisme non éclairé. Il admet tout au plus quelques abus du système fiscal monarchique auxquels il serait aisé de porter remède. Pour lui, les philosophes ou les "sophistes" sont les seuls responsables de cette convulsion qui a secoué la France et détruit le premier royaume et la première capitale du monde — la capitale des Lumières remplacées par les ténèbres du pouvoir dans les

mains de l'Assemblée et de la "populace". **Décatholiser** la France pour la républicaniser était pour lui un crime historique. Le Roi Louis XVI et la Reine Marie-Antoinette étaient les meilleurs des monarques. Le **déficit** de l'Etat aurait pu être comblé par la générosité du Clergé et de la Noblesse, comme il l'a souligné avec emphase et donnant des chiffres concrets. Ce fut Mirabeau, le seul Assembléiste révolutionnaire qu'il n'ait pas trouvé médiocre, le responsable de cette Révolution qui a remué de fond en comble la société française et est devenue un fléau pour l'humanité toute entière.

Ce manuscrit au service de la Contre-Révolution, qui n'est pas original en termes de message idéologique, l'est cependant par sa taille et par son érudition. Dans les interstices de son récit et de ses objurgations, le lecteur et l'historien peuvent lire toutes les grandes contradictions historiques, politiques, économiques, sociales, morales et religieuses qui éclatèrent violemment à partir de 1789. Bref, ce manuscrit qui contient une histoire de **la Révolution de France** est par les matériaux historiques qu'il charrie un très riche apport à l'historiographie sur la Révolution Française au moment même où l'on fête son bicentenaire, même s'il paraît donner raison à tous ceux qui pensent, comme François Furet, que la Révolution a été un acte essentiellement politique qu'on aurait pu éviter. Les hommes qui font l'histoire ont-ils conscience de l'Histoire qu'ils font? Et les hommes qui écrivent l'Histoire, loin des actants qui la mettent en scène, qui exigent la distanciation dans le temps et dans l'idéologie, arrivent-ils à se passer de l'idéologie quand ils essaient de désidéologiser? Si les Mémoires doivent être écrits par des témoins qui ont vécu les événements et l'Histoire, par ceux qui l'envisagent froidement comme la métamorphose d'un insecte (c'était la proposition de Taine), comment expliquer que la Révolution de France deux cents ans révolus soit encore l'espace vivant d'une lutte idéologique? Rupture ou continuité? La volonté humaine et politique, si violente qu'elle soit, ne modifie pas rapidement les mentalités. Ce qui se perpétue est toujours plus important que ce qui se modifie brusquement, malgré les apparences spectaculaires des révolutions. La Culture reste, la Politique s'efface.

La Révolution Française a ouvert une ère nouvelle. Pour l'Abbé, auteur de ce manuscrit, elle fut une boîte à Pandore d'où sortirent tous les maux de la France. Pour Mounier, un des mémorialistes les plus modérés de cette Révolution (qu'il critique dans tous ses excès et dans toutes ses folies) elle représentait au départ un moment du progrès continu de l'Humanité et le philosophisme qui ne détruisait ni les religions ni les cultes était un progrès moral. Quoiqu'il en soit, pour les esprits qui ont besoin de dates jalonnant l'Histoire des peuples et du mouvement des idées, il y aura toujours un avant et un après 1789. **La Révolution de France**, histoire civile et religieuse de la Révolution, propose encore une fois une réflexion approfondie sur **l'origine et les progrès** de cette Révolution qui ne pourra pas passer pour une révolte, car son programme, mise à part la terreur (et il faudra ne pas oublier que les Terreurs sont toujours provisoires et de courte durée), a été très ambitieux jetant les fondements théoriques et utopiques d'une nouvelle sociabilité entre les hommes que deux cents ans après on continue, sans terreur ou par la terreur, à chercher partout comme Diogène.

Extrait de la préface de *Revolução Francesa — Emigração e Contra-Revolução* — Núcleo de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 1989.

## 25.ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTORIADORES DO MOVIMENTO OPERÁRIO (I.T.H.)

Linz, 11/16 de Setembro de 1989

Este fórum contou com a presença de 151 participantes oriundos dos cinco continentes do Mundo, com historiadores representando 33 países. Inscritos nestas Conferências (I.T.H.) estão presentemente 117 institutos científicos.

Como convidados estiveram um representante de Portugal, outro do Brasil e um terceiro da Grécia.

Trocar experiências, discutir métodos de trabalho e conhecer mutuamente os trabalhos em curso são objectivos permanentes destas Conferências, que se repetem anualmente nos meses de Setembro.

Foram previamente distribuídas a todos os participantes as 40 comunicações escritas que haviam sido enviadas com antecedência, entre elas a do convidado português, que esboçava a evolução do movimento operário em Portugal desde 1836 até à actualidade.

Coincidindo com o centenário da constituição da II.ª Internacional (1889-1914), este acontecimento histórico esteve no centro das discussões. Concluiu-se que, a despeito do seu fracasso institucional face ao deflagrar da Primeira Guerra Mundial, a sua influência projectou-se ao longo do nosso século, na medida em que se têm tomado realidades muito do que então constituía a utopia operária: transformação da condição de vida, legislação laboral, assistência social, pacifismo e fim da exploração colonial. A própria consagração do dia mundial do trabalhador, assim como do dia da mulher, foram iniciadas pela II.ª Internacional nos anos, respectivamente, de 1890 e 1910. Daí a sua grande importância no processo de renovação das mentalidades na passagem do século XIX para o século XX.

Um outro tema abordado respeitou à posição dos trabalhadores perante as inovações tecnológicas. Ainda que susceptível de abordagens sociológicas, foi sublinhado que os historiadores têm uma palavra a dizer, dada a experiência do movimento operário nos antecedentes que este fenómeno já suscitou desde o início da era industrial (maquinofactura).

As discussões sobre uns temas e outros, travadas entre historiadores das mais diferentes formações historiográficas e sociológicas, processaram-se com o espírito de verdadeiras trocas de vista entre ideologias, o «grande espírito de Linz» no dizer dos promotores das Conferências I.T.H..

Na assembleia geral, que decorreu num dos intervalos da Conferência, foram adoptados os temas específicos a desenvolver nos dois próximos anos.

Assim, temos:

1990 — I O movimento sindical internacional nos anos imediatos à Segunda Guerra Mundial.

II — Movimento operário. Igreja. Religião.

1991 — I Juventude e movimentos operários.

II Classe e sexo.

Pelo exposto pode avaliar-se quanto foi valiosa esta Conferência, com repercussões internacionais no domínio da historiografia, e como ela reforça a responsabilidade dos historiadores da área da História Contemporânea.

Por tudo isso, e pela importância que tem a presença portuguesa em foruns científicos internacionais desta natureza, será muito desejável que o Centro de História da Universidade do Porto se inscreva como filiado na I.T.H., o que nos garantirá a presença anual até dois delegados, o direito de recebermos toda a documentação e publicações da instituição, assim como participar de pleno direito nas assembleias gerais que anualmente têm lugar em simultâneo com a Conferência.

Victor de Sá

### I CONGRESSO INTERNACIONAL DO BARROCO

Realizou-se no Porto, de 2 a 6 de Outubro de 1989, o I Congresso Internacional do Barroco patrocinado pela Reitoria da Universidade e pelo Governo Civil da Cidade, obedecendo às seguintes opções temáticas: *Dinâmica da sociedade barroca: as grandes linhas; Sensibilidades e comportamentos da época barroca; Misericórdias, irmandades, confrarias e ordens terceiras; Encomendadores, oficinas e realizações.*

Participaram como professores convidados *Gerhard Doderer* e *Artur Nobre de Gusmão* da Universidade Nova de Lisboa, *Pedro Dias* da Universidade de Coimbra, *Arno Alvarez Kern* da Universidade de Porto Alegre, *Jesus Caamaño Martinez* da Universidade Complutense de Madrid e *Juan José Martín González* da Universidade de Valladolid. Destaque-se o alto nível das comunicações apresentadas por investigadores portugueses, espanhóis e brasileiros, sendo notável a adesão de docentes dos departamentos de arte das universidades do país vizinho.

No âmbito do congresso realizaram-se dois concertos de música barroca: o primeiro, de órgão, sendo solista o organista *Granz Joseph Stoiber*; o segundo, na Igreja da Lapa, de repertório exclusivamente português, tendo sido apresentada em estreia mundial uma obra de um autor português anónimo do século XVIII.

Estiveram patentes na cidade duas exposições, respectivamente: no Museu Nacional de Soares dos Reis, *O TRIUNFO DO BARROCO — IMAGINÁRIA, MOBILIÁRIO, OURIVESARIA* e na Cadeia da Relação, a exposição itinerante da Fundação Calouste Gulbenkian *A TALHA EM PORTUGAL*.

Foram ainda organizados para os congressistas dois passeios de índole cultural: uma visita ao Palácio do Freixo e outra ao barroco minhoto (Barcelos, Santuário de Balugães e Ponte de Lima).

Da Comissão Executiva fizeram parte os Professores Doutores *Eugénio dos Santos* e *Carlos Alberto Ferreira de Almeida*, Doutores *Natália Marinho Ferreira Alves* e *Joaquim Jaime B. Ferreira Alves*, Cónego *Dr. António Ferreira dos Santos*, *Dr.ª Maria Helena Osswald* e *Dr. Fausto Sanches Martins*.

*Natália Marinho Ferreira Alves*

## TENTH WORLD CONGRESS OF JEWISH STUDIES

Jerusalém, 16-24 de Agosto de 1989

Este Congresso organizado quadrienalmente como sempre pela União Mundial dos Estudos Judaicos («the World Union of Jewish Studies») sob os auspícios da Academia de Ciências e Humanidades de Israel e da Universidade Hebraica de Jerusalém, teve como presidente o Prof. Ephraim E. Urbach e secretário o dinâmico Prof. David Assaf. Como de costume abrangia quatro secções: A Bíblia e o seu Mundo, a História do Povo Judeu, Pensamento e Literatura judaicos, língua e Arte.

À sessão de abertura realizada no magnífico anfiteatro do Monte Scopus (num ambiente excepcional de pôr de sol sob o deserto da Judeia) presidiu o Primeiro Ministro Yitzhak Shmair, cabendo a lição inaugural ao Prof. Shaul Friedlandier (Israel) subordinada ao título «O Holocausto entre a Recordação e a História. Uma Perspectiva de 50 anos», perspectiva aliás, que em parte deu uma tónica especial a este Congresso, onde, pela primeira vez, participaram especialistas dos países de leste (Bulgária, Hungria, Polónia, Roménia, Rússia), contando-se na totalidade 1000 congressistas e cerca de 900 comunicações oriundas de todos os continentes.

De notar que cada uma das várias sessões abrangia para além das comunicações normais, as denominadas «painel sessions», em que, por exemplo, este ano se destacava em particular na secção B. A História do Povo judeu, — «Judeus e Judaísmo entre duas Culturas. A Revolução Francesa e os Judeus no bicentenário da Revolução», secção, que, aliás, acompanhámos mais de perto, já que inseria os temas a que nos dedicamos.

Essa secção B, que integrada nada mais nada menos de 360 comunicações, desde o período do Segundo Templo até aos nossos dias, espalhando-se pelos mais diversos temas como o Holocausto e que sobressaíram comunicações como a de David Bankier (Israel), «German Public Responses to the Holocaust, 1941-1944. A Reassessment.» ou a de Penny Newman, (Inglaterra) com um assunto bem ligado a Portugal. «The Rescue Activity of Aristides de Sousa Mendes in Bordeaux (1938-1940)», ou a Demografia Judaica com realce para Michel Louis Lévy (França), «Demography, Geneology, Torah: Does a Jewish People Exist?», David Ben-Gurion, em que se destacou o conhecido historiador e estratega Netanel Lorch (presidente do Instituto de Relações Culturais Israel Ibero-América, Espanha e Portugal), O Estatuto legal dos judeus na Idade Média, Negócios Públicos judeus na Diáspora Contemporânea, O Impacto da Revolução Francesa na Literatura e Pensamento judaicos, Os judeus na Polónia, na França, na Grécia, na Holanda, ns Alemanha desde a Idade Média à época contemporânea, os judeus na Itália, Espanha e Portugal, Conversos e Inquisição, estes últimos a que assistimos na íntegra com comunicações dum sinal extraordinário incluindo nomes como o Prof. Haim Beinart, José Luis Lacave, Elias Lipiner, David Romano, Yom Tov Assis, Pier Cesare Noly Zorattini, Yosef Kaplan, Fernando Diaz Esteban etc.

Na verdade, o Prof. Beinart deliciou-nos com a exploração magistral do mundo cristão-novo do séc. XVII peninsular e suas ramificações sócio-económicas «The Trial of Yaakov Cansino, Agent of the Count-Duke Olivares»; o Prof. Lacave traçou-nos um mapa preciso do tipo de sinagogas espanholas e sua respectiva localização, «Towards a Map of Spanish Synagogues».

Importa dizer que mesmo lamentando ser a única a apresentar o nosso país, e o português ser apesar de tudo considerado língua oficial do congresso, houve especialistas com trabalhos específicos sobre Portugal como o Prof. Diaz Esteban (Espanha) com novas contribuições acerca das inscrições judaicas em Portugal e Espanha, «New Jewish Inscriptions from Portugal and Spain», o Dr. Roben Faingold (Israel) que nos deu um quadro bastante completo acerca da vida dos cristãos-novos portugueses de

quinhetos, «The Jewish Lifestyle of Portuguese New Christians in the 16<sup>th</sup> Century according to livros das Denúncias do Santo Ofício», ou o Dr. Elias Lipiner (Brasil) que expressando-se também na língua de Camões, mediante a sua preciosa participação «New Sources on the life of R. Abraham Zacut», fez luz acerca de toda uma série de confusões que se têm feito ao longo do tempo relativamente a esta eminente figura das culturas judaica e portuguesas nomeadamente quanto à sua pseudo-conversão.

Nós tratamos de «O contra-ataque judaizante perante o Santo Ofício de Coimbra — século XVI» e mesmo se apesar de sós, nos sentimos bem acompanhadas pela hospitalidade única que gozámos e sobretudo pelo muito que aprendemos com especialistas de grande craveira a quem retribuímos a estima demonstrada, gostaríamos de augurar que daqui a quatrocentos anos e como já aconteceu em 1980, que os portugueses possam fazer do XI.º Congresso um contra-ataque cultural com uma participação condigna da cultura e dos investigadores do nosso país.

*Elvira Cunha de Azevedo Mea*

### PROJECTO-MEMÓRIA DA IMIGRAÇÃO PORTUGUESA NO BRASIL

Com o patrocínio da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, teve início em Dezembro de 1989 a primeira fase do «Projecto-Memória da Imigração Portuguesa no Brasil». Coordenado nesta fase por Maria Beatriz Nizza da Silva, professora titular da Universidade de S. Paulo, conta com a colaboração dos seguintes investigadores: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Maria dos Santos, da Universidade Federal Fluminense, Doutora pela Universidade do Texas em Austin; Prof.<sup>a</sup> Maria Manuela Silva, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestre de História; Raquel Domingues Costa, Mestre em História Social pela Universidade de S. Paulo, assim como Carlos Bacelar e Cláudio Bertolli Filho.

Nesta primeira fase, que estará terminada em Julho de 1990, Maria Beatriz Nizza da Silva «está a preparar dois volumes básicos: um *Guia de Fontes para a História da Imigração Portuguesa no Brasil. Acervos de S. Paulo e Rio de Janeiro*, que incluirá documentação manuscrita e impressa nos principais arquivos e bibliotecas daquelas duas cidades, incluindo também o Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, sediado em Niterói; e outro com *Documentos para a História da Imigração Portuguesa no Brasil*, destinado a exemplificar os vários tipos de documentos a serem utilizados pelos historiadores nesta área. Este último volume será precedido de uma introdução de cerca de 50 páginas, da autoria de Maria Beatriz Nizza da Silva, em que se apresentará não só a bibliografia mais recente sobre o assunto, mas também o que já se pode sintetizar em relação à imigração para S. Paulo e Rio de Janeiro.

A este primeiro passo deverão surgir-se duas outras etapas: a etapa Nordeste, concentrada sobretudo em Pernambuco, Baía e Pará; e a etapa Sul, abrangendo Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Para estas regiões seguir-se-á a mesma metodologia publicando-se primeiramente aquelas obras básicas para o investigador brasileiro e português que pretenda escrever sobre a História da Imigração Portuguesa no Brasil. Só após estas três fases do Projecto, se poderá pensar num volume síntese sobre o assunto. É com estas publicações básicas que se estimulará no Brasil, sobretudo, e também em Portugal uma área até agora negligenciada pelos historiadores de ambos os países, apesar de alguns trabalhos notáveis recentemente publicados e de algumas teses académicas ainda inéditas.

*B. Nizza da Silva*

### COLÓQUIO TÉCNICO DA COMISSÃO INTERNACIONAL DE DIPLOMÁTICA

De 10 a 16 de Setembro de 1989, realizou-se no Patrick Geddes Hall, em Edimburgo, o Colóquio Técnico e Assembleia-Geral da Comissão Internacional de Diplomática, com a presença de três dezenas de membros, procedentes de França, Alemanha, Hungria, Checoslováquia, Dinamarca, Inglaterra, Bélgica, Itália, Espanha e Portugal, mais uma vez, representado unicamente pelo signatário.

À semelhança dos «colóquios técnicos» anteriores, também este foi dedicado à análise e discussão do *Vocabulário Internacional de Diplomática*, tarefa complexa e morosa, finalmente concluída.

Parte das sessões de trabalho, que tiveram sempre lugar das 9 h. às 13 h., foram dedicadas à tradução das *entradas* do *Vocabulário* de francês para as diversas línguas nacionais e para latim, dada a importância de que esta língua continua a gozar, neste domínio, na comunidade científica internacional. Organizaram-se, por isso, grupos de trabalho em função das principais línguas ali representadas, tendo-se constituído também um para a Península Ibérica, no qual, facilmente, se verificaram as diferenças terminológicas utilizadas para designar os mesmos conceitos.

Do programa, integralmente cumprido, faziam parte também visitas de estudo guiadas à Biblioteca Nacional da Escócia, ao Arquivo Nacional e ao Arquivo da Universidade de Saint Andrews. Em todos estes locais tinham sido preparadas exposições, integradas por códices e pergaminhos avulsos, especialmente seleccionados de acordo com as suas particularidades diplomáticas de maior interesse para o grupo visitante, merecendo referência especial os expressivos documentos *falsos* do Arquivo da Universidade de Saint Andrews.

Embora seja ainda necessário resolver alguns problemas de natureza técnica, ficou assegurada a publicação deste *Vocabulário...*, a expensas do Ministério da Cultura do Governo Autónomo de Valência (Espanha).

Na sequência das propostas previamente apresentadas e convenientemente justificadas, a Direcção desta Comissão Internacional procedeu à eleição de novos membros, atribuindo apenas um a cada país concorrente. Em relação a Portugal, foi eleita a Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Helena da Cruz Coelho, da Faculdade de Letras de Coimbra, passando, assim, a representação portuguesa a incluir três elementos, ligados às Faculdades de Letras do Porto, Coimbra e Lisboa.

Foi aprovada também a proposta de realização da Assembleia-Geral e do Colóquio Técnico desta Comissão Internacional, em Portugal, em 1991. Será esse o próximo Colóquio, uma vez que, em 1990, esta Comissão reunirá em Madrid, a fim de assegurar uma das secções do XVII Congresso Internacional de Ciências Históricas, que aí terá lugar nos finais de Agosto.

J. Marques